

DISCLOSURE AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO QUALITATIVA DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DA COMPANHIA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRÁS)

INTRODUÇÃO

Devido as pressões cada vez mais frequentes de seus stakeholders, as empresas sentem uma maior necessidade de prestar informações mais transparentes sobre suas atividades (ORLITZKY, SIEGEL & WALDMAN, 2011). A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) leva em consideração que a empresa, além de suas atividades operacionais, também considera sua atuação social e sua interação com seus stakeholders (FEDATO, 2005).

Além disso surgiu uma maior demanda por informações ambientais, onde os consumidores das entidades passaram a cobrar uma maior responsabilidade de sua relação com o meio ambiente (NASCIMENTO, 2012). Deste modo, a sociedade também passou a exigir por parte das empresas, uma divulgação de sua postura em relação aos possíveis danos que possam estar causando ao meio ambiente, por meio de disclosure ambiental, em seus relatórios e documentos (FIFKA, 2013).

Tendo em vista o potencial poluidor das empresas do setor petrolífero, este trabalho busca responder a seguinte questão: Diante do aumento da necessidade de informações ambientais pelos stakeholders, houve alguma evolução na qualidade das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade da Petrobrás? Para contribuir com a resolução da seguinte questão, este trabalho possui como objetivo geral, investigar se houve alguma evolução na qualidade das informações dos Relatórios de Sustentabilidade da Petrobrás. E como objetivos específicos, têm-se: fazer o levantamento dos relatórios de sustentabilidade da Petrobrás, dos últimos 10 anos; separar por categorias as informações contidas nos relatórios; e comparar as categorias de informações contidas nos relatórios entre os anos investigados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Responsabilidade Social Corporativa

A definição inicial na literatura sobre RSC, adveio dos estudos de Carroll (1979), onde o mesmo ressaltou as dificuldades em conceituar a RSC, devido a diversidade de contextos, dimensões e possibilidades que podem englobados, para considerar um comportamento responsável. Contudo, nesse início o autor correlacionou a RSC com um conjunto de práticas de iniciativa das organizações que podem ser no âmbito econômico, legal ou discricionário.

A Responsabilidade Social Corporativa, pode ser entendida como uma medida por meio da qual as empresas passam a assumir responsabilidades econômicas, legais, éticas, sociais e discricionárias em relação a seus stakeholders. Podendo ainda ser utilizada como um instrumento de marketing, buscando mostrar um posicionamento diferenciado para seus consumidores (LACEY, KENNETT-HENSEL & MANOLIS, 2015). Além dos aspectos mencionados que envolvem a RSC, Almeida, Silva e Oliveira (2015) afirmam que o ambiente de governança é um aspecto determinante na divulgação de informações acerca da RSC.

Para Rivera, Bigne e Perez (2019) pelo fato das organizações estarem cada vez mais conscientes das realidades sociais e comerciais que lhes rodeiam, tais percepções da realidade os impulsionam a criar ações de RSC, principalmente para causar um efeito positivo em seu principal stakeholder: seu consumidor. Além disso, diferentes stakeholders da entidade, sejam consumidores, funcionários, fornecedores ou investidores, estão propensos a recompensar boas

práticas de RSC, como também a punir no caso de más práticas da mesma (DU, BHATTACHARYA & SEN, 2010). Deste modo, isso não melhoraria apenas as vendas da empresa, mas ainda mostraria que tal entidade seria um local interessante para trabalhar, como também um ambiente atrativo para os investidores realizarem seus investimentos (BHATTACHARYA & SEM, 2003).

Quanto a percepção dos stakeholders, de acordo com Soschinski, Brandt e Klann (2019), eles consideram uma empresa responsável no aspecto social, se a mesma se envolver em questões sociais, se for capaz de corresponder as possíveis demandas dos interessados e se mostra voluntariamente responsável com a sociedade. E para constatar indícios de um comportamento responsável, seja na forma como a empresa se relaciona com seus funcionários, no orçamento de investimentos voltados para a RSC ou a comunicação corporativa se seus relatórios, são utilizados indicadores para medir e avaliar tais situações (CHAPPLE & MOON, 2005). Corroborando com esse pensamento acerca do comportamento socialmente responsável, para Cardoso et al (2013) os stakeholders valorizam esse tipo de comportamento, tornando este um diferencial competitivo que contribui para a obtenção de rentabilidade a longo prazo.

Por outro lado, segundo Attig et al. (2016) os investimentos em Responsabilidade Social Corporativa podem ser considerados como um meio estratégico das entidades, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos de suas atividades e maximizar o índice de satisfação de seus colaboradores. Esse autor ainda destaca, que empresas que são internacionalizadas ou que busca se internacionalizar, são mais motivadas a investir em RSC, por serem mais pressionadas por seus stakeholders.

Todavia, Carnevale, Mazzuca e Venturini (2012) ressaltam que por si só as informações contábeis não são capazes de gerar um entendimento sobre variáveis e informações não financeiras, que se referem a RSC. Deste modo, o relatório de sustentabilidade e os relatórios anuais da empresa, serão os documentos que evidenciarão se a entidade possui ou não um comprometimento com a Responsabilidade Social Corporativa.

2.2 Contabilidade e Disclosure Ambiental

Desde a década de 1950, houve uma preocupação com o conflito entre o crescimento econômico e a preservação ambiental no âmbito internacional. Passando as empresas a notarem uma necessidade de se enquadrarem em certos padrões ambientais, para atender as mudanças nos comportamentos dos stakeholders (MARTÍNEZ ALIER, 1998). Já para Gray e Bebbington (2001) nos anos 90 houve uma maior interação das empresas com o meio ambiente, fenômeno este que continuou relevante.

Devido as transformações ocorridas na sociedade e na sua percepção do meio ambiente, passou a ser constante a busca por disclosure e accountability, seja nas práticas de governança corporativa, na conduta ética da entidade ou no que se refere as informações ambientais (ROVER, BORBA, MURCIA, 2009). Diante desse contexto, vale ressaltar a importância da noção do que a Contabilidade Ambiental pode contribuir no fornecimento das informações devidas acerca da mensuração dos fatos econômicos que se relacionam com o meio ambiente. Sendo assim, ainda oferece aos gestores informações que possam auxiliá-los na tomada de decisão adequada, que possa contribuir ao mesmo tempo para o lucro e para o desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2002).

Em relação aos benefícios que o disclosure ambiental possa gerar para as organizações, segundo Deegan (2002) pode trazer tais benefícios: o alinhamento dos valores da empresa com os valores ambientais; antecipação em relação a possíveis ataques de grupos específicos; alavanca a reputação da empresa; mostra que a gestão tem princípios fortes; e mostra que a entidade tem responsabilidade social. Por outro lado, de acordo com Rodrigue (2014), as empresas relatam um engajamento ambiental simbólico em seus relatórios, como se seus

stakeholders não provocassem mudanças no conteúdo das informações que divulgam. Nossa (2002) ainda vem complementar afirmando que, o disclosure varia de acordo com o país e o tamanho da organização, e que pode ser insuficiente e frágil no tocante a confiabilidade e comparabilidade dessas informações.

O disclosure ambiental é definido, de acordo com Correa, Gonçalves e Moraes (2015), como a divulgação de informações socioambientais, e que está incluído dentro da Contabilidade Ambiental. Este disclosure pode ser compulsório ou voluntário, o compulsório acontece por determinação das leis, já o voluntário ocorre por decisão da própria empresa ou recomendação de agências governamentais de mercado. No caso do Brasil, não existe uma obrigatoriedade para a evidenciação ambientais, ou seja, ela é voluntária. Havendo apenas recomendações, como exemplos as contidas no Parecer de Orientação nº 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Norma e Procedimento de Auditoria nº 11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e na Resolução no 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Porém, mesmo com a ausência de uma norma legal, existe uma quantidade razoável de orientações quanto a divulgação das informações ambientais, contudo ainda sem quantificações, o que deixaria essas orientações com uma forma mais robusta (RIBEIRO, 2006).

Entre os fatores que influenciam na divulgação voluntária de informações ambientais pelas empresas, segundo Moreira et al (2014), podem ser citados: os interesses com a imagem e reputação da empresa, a valorização de ações, as possíveis oportunidades de novas fontes de financiamento e por ser considerado um diferencial competitivo. Entretanto, uma outra razão relevante esclarece o disclosure ambiental é o setor em que a organização atua, pelo fato que alguns segmentos econômicos sofrem uma maior pressão social do que outros, por possuírem um maior potencial poluidor (NOSSA, 2002).

As companhias abertas brasileiras potencialmente poluidoras, de acordo com Voss et al (2013) respeitam as pressões dos seus investidores. Um setor altamente poluidor é setor de petróleo, gás e biocombustíveis, e que Ribeiro et al (2011) afirma que as empresas brasileiras desse setor possuem os maiores níveis de disclosure ambiental. Este setor também possui uma forte regulação, devido as possíveis graves consequências que sua atividade econômica pode deixar no meio ambiente. Por exemplo, os vazamentos de petróleo que podem acontecer devido sua atividade de exploração, distribuição e armazenamento, podem causar danos irreparáveis na natureza marinha (CANTAGALLO, MILLANELLI, BRITO, 2007). Diante do exposto, para Fernandes (2013) o disclosure voluntário é adotado com a intenção de alavancar sua credibilidade e valor de mercado frente a seus stakeholders, podendo isso favorecer possíveis obtenções de novos investimentos, financiamentos e retornos financeiros.

Outro entendimento que possa explicar os motivos para adoção de divulgação de informações ambientais, é a teoria da legitimidade (SILVA ET AL, 2015). De acordo com essa teoria, o tamanho do disclosure de uma entidade é produto do nível de exposição à pressão da opinião pública, por meio de grupos de interesse no meio social, político ou regulatório (CHO e PATTEN, 2010). Sendo assim, pelas empresas do setor de petróleo, gás e biocombustíveis, estarem mais expostas devido aos desastres que sua atividade pode causar no meio ambiente, por isso que este segmento é tão regulado e observado.

3 METODOLOGIA

Este trabalho quando aos objetivos possui característica exploratório-descritiva, pois a partir da descrição das informações contidas nos Relatórios de Sustentabilidade (RS), busca-se observar se houve alguma evolução, quanto a qualidade das informações neles contidas. Como também, é denominado exploratório, pois segundo Beuren (2004) o estudo exploratório visa conhecer determinado assunto com mais intensidade, a fim de torna-lo mais claro. Sendo assim,

utiliza-se a abordagem qualitativa, visto que possui a como finalidade conhecer com mais profundidade as informações que foram evidenciadas no disclosure ambiental. Essa pesquisa ainda pode ser denominada como documental, pois foram avaliados os documentos, especificamente os RS, que foram coletados no site da Petrobrás.

Para atender ao escopo deste estudo, a amostra foi constituída pelos Relatórios de Sustentabilidade da Companhia Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), referente ao período compreendido entre os anos de 2010 a 2019.

Inicialmente foi feito o download dos Relatórios de Sustentabilidade da Petrobrás do período mencionado. Para examinar o disclosure ambiental nesses relatórios, utilizou-se análise de conteúdo. Segundo Bauer e Gaskell (2002), esta técnica permite a análise de textos a partir da extração de informações e as enquadrando em categorias, como também permite a interpretação dos textos a partir da utilização de códigos.

A codificação utilizada foi fundamentada na estrutura conceitual proposta por Rover, Borba e Murcia (2008), que foi construída com base em vários estudos nacionais e internacionais. Ainda vale ressaltar que tal estrutura foi escolhida por dividir as informações ambientais em categorias, e por apresentar as informações ambientais de forma completa. Nessa estrutura que estará disposta no Quadro 1, ela possui 8 categorias.

Quadro 1 – Estrutura conceitual para disposição das informações ambientais

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1. Políticas Ambientais	Declaração das políticas, práticas, ações atuais e futuras; estabelecimento de metas; obediência a normas e leis; premiações; e participações em índices ambientais (sustentabilidade).
2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	Certificação ambiental (ISOs 9000 e/ou 14000, EMA etc.); auditoria ambiental, descrição das práticas de gestão ambiental.
3. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	Desperdícios; resíduos; processo de acondicionamento; reciclagem; desenvolvimento de produtos ecológicos; impacto na área de terra utilizada; odor; reutilização da água; vazamentos e derramamentos; reparo a danos ambientais.
4. Energia	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações; utilização de materiais desperdiçados; aumento da eficiência energética, preocupação com falta de energia; desenvolvimento de novas fontes.
5. Informações Financeiras Ambientais	Investimentos; custos; despesas; passivos; provisões; ativos; seguros; práticas contábeis de itens ambientais.
6. Educação, Pesquisa e Treinamento	Educação e treinamento ambiental (internamente e/ou comunidade); pesquisas.
7. Mercado de Créditos de Carbono	Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL); créditos de carbono; emissão de gases do efeito estufa (GEE); certificados de emissões reduzidas (CER).
8. Outras Informações Ambientais	Menções sobre sustentabilidade; gerenciamento de florestas; conservação da biodiversidade; relacionamento com stakeholders.

Fonte: Rover et al (2008)

Foi realizada a análise de conteúdo dos relatórios, e através da leitura minuciosa buscou-se identificar se em tais documentos constavam as informações mencionadas no Quadro 1. Para uma visão geral do pôde ser verificado, foi criado o Quadro 2, onde são confrontadas as categorias do Quadro 1 ao longo dos 10 anos analisados, para constatar se tais informações poderiam ser identificadas no relatório de sustentabilidade a cada ano.

Quadro 2 – Confronto das categorias com as informações encontradas nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade

CATEGORIAS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1. Políticas Ambientais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente		X	X	X	X	X	X	X	X	X
4. Energia		X	X	X	X	X	X	X	X	X
5. Informações Financeiras Ambientais		X	X	X	X	X	X	X	X	X
6. Educação, Pesquisa e Treinamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
7. Mercado de Créditos de Carbono							X	X	X	X
8. Outras Informações Ambientais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: elaboração própria

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para uma melhor análise e entendimento das informações contidas nos relatórios de sustentabilidade, emitidos no período entre 2010 e 2019, será feita a análise por categorias. Em todos os relatórios, de maneira geral possuem informações sobre a governança e atuação corporativa, ao seu desempenho operacional, os resultados e contribuição para sociedade, a gestão de pessoas, o meio ambiente, o balanço social, prêmios e reconhecimentos, e o relatório dos auditores independentes. Apesar de haver exceções, mas o que vai diferenciar é a quantidade e qualidade das informações evidenciadas ao longo dos anos. Entretanto vale ressaltar que neste trabalho, o que importa é a qualidade das informações para seus stakeholders.

Na primeira categoria, Políticas Ambientais, nos RS de todos os anos continham informações que se enquadravam na mesma, geralmente no início dos relatórios contem informações gerais sobre as políticas, práticas e até sobre as expectativas futuras. Mas comparando o RS de 2010 com o de 2019, fica nítido que este último mostra as informações de uma forma mais madura. No primeiro ano, as práticas ficavam restritas ao início do relatório no item chamado de Atuação Corporativa, onde correlaciona as atividades com práticas atuais e as estratégias futuras. Enquanto que no relatório de 2019, tais informações não ficam restritas ao seu início, mas em todos os itens que possam contem no RS, seja sobre o desempenho operacional, as contribuições para a sociedade, práticas na gestão de pessoas ou as práticas específicas voltadas ao meio ambiente, são correlacionadas as práticas atuais e as estratégias futuras e expectativas.

Na segunda categoria, Sistemas de Gerenciamento Ambiental, além de seguir a ISO 14000, que estabelece diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas. Desde o RS de 2010 Petrobras promoveu o lançamento no Brasil da ISSO 26000, norma internacional de responsabilidade social, em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Já em criou o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores da Engenharia, com o objetivo de capacitar as empresas do Cadastro Corporativo de Prestadores de Serviços, cumprindo os requisitos das normas ISO 14001 e OHSAS 18001. E em 2019, passou a utilizar a ISO 31000 (norma internacional de gestão de riscos), mostrando também seguir normas internacionais, mesmo no Brasil não sendo obrigatório. Isto se deve pelo fato da Petrobrás ser uma empresa, eu também fortemente no mercado internacional, e isto lhe confere uma maior credibilidade.

Na terceira categoria, Impactos dos Produtos e Processos, a partir do ano de 2011 em todos os RS passou a existir a chamada “Tabela de Desempenho”, que posteriormente passou a ser chamada de “Indicadores Sociais e Ambientais” onde são mostrados os danos causados pela atividade da empresa, tais danos são separados em: danos ao meio ambiente, danos a segurança e saúde ocupacional, e os investimentos para a sociedade. Em comparação com sua primeira edição em 2011, a de 2019 além de relatar os números, vem explicando os danos que

ocorreram e suas expectativas de diminuição no próximo ano. Tais indicadores, podem ser vistos na Imagem 1 abaixo.

A categoria Mercado de Crédito de Carbono, só a partir do ano de 2016 é que no RS vem evidenciando informações sobre essa temática, inclusive nas suas políticas de responsabilidade social desse ano, ocorre a transição para uma matriz energética de baixo carbono. E na última categoria, Outras Informações Ambientais, apesar de em todos os RS possuírem informações acerca da mesma, mas no relatório de 2019 existe um subtópico específico sobre Biodiversidade, que trata sobre as práticas adotadas para conservar os diversos biomas que a atividade da empresa pode prejudicar.

Imagem 1 - Indicadores Sociais e Ambientais 2019 (Petrobrás)

Indicadores
Meio Ambiente
Vazamentos de óleo e derivados (m ³)
Consumo de energia (terajoule – TJ)
Emissões de gases de efeito estufa (milhões tCO ₂ e)
Emissões diretas de dióxido de carbono – CO ₂ (milhões t)
Emissões diretas de metano – CH ₄ (mil t)
Emissões diretas de óxido nitroso – N ₂ O (t)
Emissões atmosféricas – NO _x (mil t)
Emissões atmosféricas – SO _x (mil t)
Material particulado (mil t)
Retirada de água doce (milhões de m ³)
Descartes de efluentes hídricos (milhões de m ³)
Segurança e Saúde
Segurança e Saúde Ocupacional
Fatalidades ¹
Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA)
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)
Segurança de Processo
Número de Anomalias de Segurança de Processo Nível 1 (Nasp Tier 1)
Contribuições para a Sociedade
Investimentos em projetos socioambientais (milhões R\$)
Investimentos em projetos culturais (milhões R\$)
Investimentos em projetos esportivos (milhões R\$)

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Petrobras (2019)

Nas categorias Energia e Informações Financeiras Ambientais, além de terem em comum que não existem informações robustas no RS do ano de 2010, mas ambas foram sendo mais disponibilizadas e aprofundadas ao longo dos anos. É tanto que no RS de 2019, possui um item dentro do tópico sobre Meio Ambiente que trata da energia e suas possibilidades sustentáveis, como também sobre o aspecto financeiro, até sobre os impactos iniciais do Covid em 2019, já forma expressos. Tendo em vista que a empresa trabalha com diversos países, e nesses lugares desde 2019 o Covid já vinha impactando no social e na economia.

Na categoria de Educação houve uma evolução relevante, onde inicialmente apenas os colaboradores da empresa recebiam treinamentos e informações ambientais, em 2019 foi

evidenciado que para diversos stakeholders esses treinamentos também foram disponibilizados, a fim de que toda a sua cadeia tivesse conhecimento das práticas que estavam sendo adotadas.

4 CONCLUSÕES

Esta pesquisa preocupou-se em analisar as informações contidas nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa Petrobrás, com o objetivo de avaliar se houve ou não uma evolução nas informações prestadas pela organização aos seus stakeholders.

O estudo revelou desde uma evolução quantitativa de informações, até principalmente um desenvolvimento do ponto de vista qualitativo. Como foi o caso das categorias 3, 4 e 7, respectivamente, Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente, Energia e Mercado de Créditos de Carbono. Onde em alguns anos não foram evidenciadas informações sobre tais categorias, mas ao longo dos anos foi sendo prestadas essas informações a seus stakeholders.

Nas demais categorias, ficou nítido que a empresa já prestava informações, entretanto de forma incipiente e rasa, e com o passar dos anos foi percebendo a necessidade de fornecer tais informações aos usuários do RS.

Deste modo pode-se constatar que houve uma evolução na qualidade das informações dos Relatórios de Sustentabilidade da Petrobrás. O que denota sua atenção as necessidades de seus stakeholders, e principalmente sua preocupação com o meio ambiente, e os possíveis danos que sua atividade pode causar na natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, T. A.; SILVA, J. D.; OLIVEIRA, M. C. Responsabilidade Social Corporativa e a Influência de Aspectos do Ambiente Institucional: uma análise no setor bancário brasileiro. *Revista Universo Contábil*, v. 11, n. 4, p. 44-62, out/dez 2015.
- ATTIG, N., BOUBAKRI, N., EL GHOUL, S., & GUEDHAMI, O. Firm internationalization and corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, v. 134, n. 2, p. 171-197, 2016.
- BAUER, M. W., GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: Um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e pratica. 2. ed. São Paulo: 2004.
- BHATTACHARYA, C., & SEN, S. Consumer-Company Identification: a framework for understanding consumers' relationships with companies. *Journal of Marketing*, v. 67, p. 76-88, 2003.
- CANTAGALLO, C., MILANELLI, J. C. C., & BRITO, D. D. Limpeza de ambientes costeiros brasileiros contaminados por petróleo: uma revisão. *Pan-American Journal of Aquatic Sciences*, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2007.
- CARDOSO, V. I. C.; HOLANDA, A. P.; OLIVEIRA, J. D.; DE LUCA, M. M. M. Investimentos em responsabilidade social corporativa e criação de valor nos maiores bancos brasileiros. *Registro Contábil –ReCont*, v. 4, n. 2, p. 90-104, 2013.
- CARNEVALE, C.; MAZZUCA, M.; VENTURINI, S. Corporate social reporting in European banks: the effects on a firm's market value. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 19, n. 3, p. 159-177, 2012.
- CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.
- CHAPPLE, W., & MOON, J. Corporate social responsibility (CSR) in Asia: A seven country study of CSR web site reporting. *Business & Society*, v. 44, n. 4, p. 415-441, 2005.
- CHO, C. H., ROBERTS, R. W. & PATTEN, D. M. The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, v. 35, p. 431–443, 2010.
- DEEGAN, C. The legitimising effect of social and environmental disclosures – A theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, 2002.
- DU S., BHATTACHARYA C.B., & SEN S. Maximizing business returns to Corporate Social Responsibility (CSR). The role of CSR communication. *International Journal of Management Reviews*, p. 12, n. 1, p. 8-19, 2010.
- FEDATO, M. C. L. Responsabilidade social corporativa: benefício social ou vantagem competitiva? Um estudo das estratégias de atuação social empresarial e sua avaliação de

resultados. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de PósGraduação em Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o disclosure ambiental: Um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. *Revista Ambiente Contábil*, p. 5, n. 2, p. 250-267, 2013.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade ambiental. In: SCHMIDT, Paulo. (Org.). *Controladoria: agregando valor para a empresa*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

FIFKA, M. S. Corporate responsibility reporting and its determinants in comparative perspective – A review of the empirical literature and a meta-analysis. *Business Strategy and the Environment*, 22, 1-35, 2013.

GRAY, Rob; BEBBINGTON, Jan. *Accounting for the environmental*. 2 ed. Londres: Sage, 2001.

LACEY, R., KENNETT-HENSEL, P., & MANOLIS, C.. Is corporate social responsibility a motivator or hygiene factor? Insights into its bivalent nature. *Journal of the Academy of Marketing Science*, v. 43, n. 3, p. 315-332, 2015.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB, 1998.

MOREIRA, N. B., DIAS, J. M., FILHO, GOMES, S. M. S., & CONCEIÇÃO, M. G. Fatores que impactam a divulgação voluntária de informações socioambientais na percepção dos gestores. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 4, n. 1, 62-82, 2014.

NASCIMENTO, L. F. *Gestão ambiental e sustentabilidade*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

NOSSA, V. *Disclosure ambiental: Uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2002

ORLITZKY, M., SIEGEL, D. S., & Waldman, D. A. (2011). Strategic corporate social responsibility and environmental sustainability. *Business & Society*, 50(1), 6-27.

RIBEIRO, M. S. *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIVERA, Jose Javier; BIGNE, Enrique; PEREZ, Rafael Curras. Efeitos da Responsabilidade Social Corporativa na lealdade do consumidor com a marca. *Revista Brasileira de Gestão e Negócios*, v. 21, n. 3, p. 395-415, 2019.

RODRIGUE, M. Contrasting realities: corporate environmental disclosure and stakeholder-released information. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 27, n. 1, p. 119-149, 2014.

Rover, S., Murcia, F. D., Borba, J. A., & Vicente, E. F. R.). *Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das*

empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 3, n. 2, p. 53-72, 2008.

SILVA, M. N.; LIMA, J. A. S. O.; FREITAS, M. A. L.; FILHO, L. L. S.; LAGIOLA, U. C. T. Determinantes do Disclosure Ambiental nos relatórios de empresas listadas na Bovespa. *Revista Ambiente Contábil*, v. 7, n. 2, jul/dez 2015.

SOSCHINSKI, Caroline Keidann; BRANDT, Elisane; KLANN, Roberto Carlos. Internacionalização e Práticas de Responsabilidade Social Corporativa em Empresas Brasileiras. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 12, n. 1, p. 047-064, Jan/Abr 2019.

VOSS, B. L., PFITSCHER, E. D., ROSA, F. S., & RIBEIRO, M. S. Evidenciação ambiental dos resíduos sólidos de companhias abertas no Brasil potencialmente poluidoras. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 24, n. 62, p. 125-141, 2013.